

Sumário

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	15
1. Explicação prévia	15
2. Instrumentalidade da organização dos tribunais	15
3. Individualismo do precedente e efeito geral da jurisprudência	16
4. Complexidade da organização judiciária brasileira	18
5. Escritos anteriores do autor	20
CAPÍTULO I. INSTRUMENTALIDADE DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	21
6. Jurisdição e recursos	21
7. Instrumentalidade da colegialidade	22
8. <i>Macrolides</i> exigentes de organização judiciária adequada	24
9. Funcionalidade da organização de Juízos de primeiro grau e tribunais	25
10. Colegialidade como pressuposto da segurança jurídica	26
11. Engrenagem dos órgãos jurisdicionais	27
12. Independência jurisdicional e colegialidade	28
13. Conclusão do capítulo: a segurança jurídica instrumentaliza-se pela colegialidade integral da organização judiciária	28
CAPÍTULO II. INFORMAÇÃO HISTÓRICA	31
14. Evolução histórica	31
15. Processo romano	31
16. Período intermediário	34
17. Processo canônico	36
18. Processo moderno	39
19. Conclusão do capítulo: a organização judiciária instrumentaliza a uniformidade jurisprudencial	40
CAPÍTULO III. INFORMAÇÃO ESTRANGEIRA	41
20. <i>Common Law</i> e <i>Civil Law</i>	41
21. Alemanha	42

22.	Canadá	47
23.	Espanha	48
24.	Estados Unidos	50
25.	França	52
26.	Itália	53
27.	Portugal	55
28.	Conclusão do capítulo: a organização judiciária a serviço da estabilidade jurisprudencial	56
CAPÍTULO IV. DISPERSIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA		63
29.	Unidade constitucional da jurisdição	63
30.	Organização judiciária dispersiva	63
31.	Tribunais simples e tribunais complexos	64
32.	O labirinto interno dos tribunais	66
33.	Somatória de demoras nas dispersões internas nos tribunais	68
34.	Reiterada procrastinação do julgamento definitivo	70
35.	Celeridade e definitividade	71
36.	Supremo Tribunal Federal	72
37.	Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho	74
38.	Conselho Nacional de Justiça	75
39.	Turmas de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais	76
40.	Tribunais de Justiça Estaduais e Tribunais Regionais Federais	76
41.	Necessidade de especialização interna nos tribunais complexos	77
42.	Cooperação nacional como mecanismo de coletivização	79
43.	Conclusão do capítulo: organização judiciária provocadora de dispersões, re julgamentos e demora	80
CAPÍTULO V. FATORES DE DISPERSÃO, OPACIDADE E DEMORA		83
44.	Fatores que dificultam a formação de precedentes	83
45.	Imprecisão no destaque de temas	83
46.	Insuficiência de destaques temáticos	84
47.	Atecnia expositiva	85
48.	Desistências recursais e frustração de precedentes	87
49.	Descolegialização do julgamento e dispersão dos fundamentos dos votos	87
50.	Inexistência de <i>conference</i> (discussão prévia)	89
51.	Insuficiente aprofundamento colegiado	90
52.	Seleção e aglutinação do contraditório exauriente	91
53.	Ausência de calendário prévio de pauta	91

54.	Discrecionalidade do pautamento pelo presidente da sessão	92
55.	Domínio do relator e ausência de revisão	93
56.	Monocratismo	94
57.	<i>Monologismo</i> desarmônico dos votos	96
58.	Efeitos do déficit de colegialidade	97
59.	Dispersão de assessorias em detrimento do juízo natural	97
60.	Liminares de longa duração	98
61.	O risco nos plantões judiciais desarmônicos	100
62.	Falsos atalhos processuais e ansiedade antecipatória	101
63.	Males da incidentalização procedimental recorrível	102
64.	Interlocutoriedade terminativa defensiva	103
65.	Desestruturação das fases do procedimento por falsos atalhos	104
66.	Imprevisibilidade dos tempos do procedimento	105
67.	Pedidos de vista e de esclarecimentos	105
68.	Imprecisão de dispositivos	106
69.	Ementas dispersivas	106
70.	Colagem de ementas como fundamento	107
71.	Alterações da composição do colegiado	107
72.	Efeito desarmonizador de ausências de julgadores	109
73.	Eternização de recursos internos	109
74.	Dificuldade de memorização de precedentes numerados	110
75.	Imprevisibilidade das decisões monocráticas	111
76.	Surpresa das questões de ordem	111
77.	Riscos do processo digital: debate, produção, assinatura e registro	112
78.	Sustentações orais por gravações enviadas ao tribunal	113
79.	Conclusão do capítulo: opacidade, contradições e surpresas no processo ...	114
CAPÍTULO VI. INSTRUMENTOS PROCESSUAIS INSUFICIENTES		115
80.	Desuso de instrumentos processuais	115
81.	Uniformização da jurisprudência	116
82.	Assunção da competência	117
83.	Embargos de divergência	118
84.	Súmulas vinculantes e súmulas persuasivas	120
85.	Turmas de uniformização de Jurisprudência de Juizados Especiais	122
86.	A inefetividade do processo coletivo	124
87.	Conclusão do capítulo: efeito insuficiente de tentativas de consolidação jurisprudencial	125

CAPÍTULO VII. NOVOS RUMOS JURISPRUDENCIAIS	127
88. Anemia do “ <i>stare decisis à brasileira</i> ”	127
89. Repercussão geral	128
90. Recursos repetitivos, <i>Musterverfahren</i> e Núcleos Temáticos	129
91. Incidente de resolução de demandas repetitivas	132
92. Inovação do Processo do Trabalho	133
93. <i>Fast-track</i> recursal	133
94. Julgamentos virtuais	134
95. ODR e <i>machine learning</i> na admissibilidade recursal	135
96. Conclusão do capítulo: desajuste da organização judiciária para eficiência instrumental do processo	145
CAPÍTULO VIII. CONCLUSÕES E SUGESTÕES	147
97. Conclusões	147
98. Sugestões	148
BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRAFIA	151